

RESULTADOS  
2025



**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025**

**Cataguases, 26 de março de 2026** – A Administração da NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	34	28
<b>Total do circulante</b>		<b>34</b>	<b>28</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	5	2.985.120	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.985.120</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.985.154</b>	<b>28</b>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	6.1	2.559.866	51
Reservas de capital	6.2	445.238	-
Prejuízos acumulados		(29.961)	(73)
Outros resultados abrangentes	6.3	10.011	-
Adiantamento para futuro aumento de Capital		-	50
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.985.154</b>	<b>28</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.985.154</b>	<b>28</b>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valor expresso em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas administrativas		1)	(1)
Equivalência Patrimonial	5	(31.251)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>(31.252)</b>	<b>(1)</b>
Resultado financeiro	8	7	(36)
<b>Receitas/despesas financeiras líquidas</b>		<b>7</b>	<b>(36)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(31.245)</b>	<b>(37)</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1)	-
<b>(Prejuízo) do exercício</b>	<b>9</b>	<b>(31.246)</b>	<b>(37)</b>
<b>(Prejuízo) básico e diluído por quota - R\$</b>	<b>9</b>	<b>(0,07)</b>	<b>(1,08)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valor expresso em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>		(31.246)	(37)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	6.3	10.011	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>		<b>(21.235)</b>	<b>(37)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1</b>	-	<b>(36)</b>	<b>50</b>	-	<b>15</b>
Prejuízo do exercício	9	-	-	(37)	-	-	(37)
Aumento de capital, conf. AGOE de 25 de abril de 2024	7.1	50	-	-	(50)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital		-	-	-	50	-	50
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>51</b>	-	<b>(73)</b>	<b>50</b>	-	<b>28</b>
Aumento de capital, conf. AGOE de 25 de abril de 2025	7.1	50	-	-	(50)	-	-
Aumento de capital, conf. AGE de 29 de novembro de 2025	7.1	2.559.399	-	-	-	-	<b>2.559.399</b>
Aumento de capital, conf. AGE de 19 de dezembro de 2025	7.1	366	-	-	-	-	<b>366</b>
Programa de remuneração variável (ILP)	7.2	-	1.151	-	-	-	<b>1.151</b>
Transações com investimentos	7.2	-	444.087	-	-	-	<b>444.087</b>
Dividendos prescritos reflexo		-	-	1.358	-	-	<b>1.358</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	9	-	-	(31.246)	-	-	<b>(31.246)</b>
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos</b>							
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	7.3	-	-	-	-	10.011	<b>10.011</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.559.866</b>	<b>445.238</b>	<b>(29.961)</b>	-	<b>10.111</b>	<b>2.985.154</b>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado</b>			
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Outros custos operacionais		(1)	(2)
<b>Valor adicionado bruto</b>		(1)	(2)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		(1)	(2)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Equivalência patrimonial		(31.251)	-
Receitas financeiras	8	7	1
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>(31.245)</b>	<b>(1)</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		1	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	8	-	36
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados	8	(31.246)	(37)
		<b>(31.245)</b>	<b>(1)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

**NOVA DENERGE S.A. (anteriormente denominada NOVA GEMINI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	9	(31.246)	(37)
Imposto de renda e contribuição social		1	-
Equivalência Patrimonial	5	31.251	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>6</b>	<b>(37)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Subscrição de capital		-	50
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>50</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>6</b>	<b>13</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		28	15
Caixa mais equivalentes de caixa finais		34	28
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>6</b>	<b>13</b>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

**Nova Denerge S.A. (anteriormente denominada Nova Gemini Transmissão de Energia S.A)**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

## 1. Contexto operacional

---

A Nova Denerge S.A (Companhia ou Nova Denerge), nova razão social da Nova Gemini Transmissão de Energia S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado que tem por objetivo social a participação no capital de outras sociedades. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2026.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota explicativa nº 10 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

### 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Investimentos** - os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço;
- c. **Imposto de renda e contribuição social** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.
- d. **Lucro por ação** - o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável;
- e. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- f. **Instrumentos financeiros.**

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros:**

*Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9**

Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

- g. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

**3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – *Intentional Accounting Standards Board***

**(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	34	28
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>28</b>

#### 5. Investimentos

Participação em controladas:

	Informações sobre as investidas							Informações sobre o investimento da Companhia	
	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial <sup>(3)</sup>	Investimentos
DENERGE <sup>(1 e 2)</sup>	100	776.549	2.063.475	3.557.476	572.356	2.985.120	774.658	(31.251)	2.985.120
<b>Total</b>								<b>(31.251)</b>	<b>2.985.120</b>

<sup>(1)</sup> Em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$ 2.559.399, conforme laudo de avaliação preparado por consultores especializados na data base de 30/06/2025, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa,

representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A. Adicionalmente, na reserva de capital (transações entre sócios) reconheceu o montante de (R\$ 153.038 mil) referente a variação patrimonial entre a data base de 30/06/2025 e 30/11/2025, data que ocorreu o aumento de capital;

- (2) Em setembro de 2025 acionistas minoritários alienaram ações a Energisa S/A no montante R\$ 1.159 mil; e
- (3) Refere-se a equivalência patrimonial do mês de dezembro/2025, quando a Companhia passou a ser acionista da Denerge S/A.

### Movimentação dos investimentos:

Investidas	Saldos em 2024	Aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações e ILP <sup>(1)</sup>	Outros Resultados Abrangentes <sup>(2)</sup>	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2025
DENERGE	-	2.559.765	445.238	10.011	1.357	(31.251)	2.985.120
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.559.765</b>	<b>445.238</b>	<b>10.011</b>	<b>1.357</b>	<b>(31.251)</b>	<b>2.985.120</b>

(1) Transação entre sócios no montante de R\$445.238 referente a: (i) R\$588.324 refere-se ganho com a controlada Denerge por aumento de capital reflexo, (ii) R\$8.836 mudança de percentual, (iii) R\$153.073 perda na compra de ações e (iv) ganhos por equivalência no valor de R\$1.151 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

(2) Outros resultados abrangentes – refere-se a ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo).

## 6. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada com base no lucro real conforme demonstrado a seguir:

Apuração com base do lucro real	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(31.251)	(37.058)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas:	<b>10.625</b>	8.894
Resultado de equivalência patrimonial	(10.625)	-
Créditos tributários constituídos no exercício	-	(8.894)
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

## 7. Patrimônio líquido

### 7.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.559.866 (R\$51 em 2024), representando 2.559.866.299 (51.000 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$50 mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$ 1,00 por ação, passando o capital social de R\$ 51 para R\$ 101.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2025, aprovou o aumento de capital, no montante de R\$ 2.559.399, com a emissão de 2.559.399.443 novas ações de emissão da Companhia conforme laudo de avaliação preparado por consultores especializados na data base de 30 de junho de 2025, Com o aumento de capital aprovado, o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 101 para R\$ 2.559.500, considerando que as novas ações são emitidas considerando o preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, aprovou o aumento de capital, no montante de R\$366 mediante a incorporação das ações Denerge. A Nova Denerge incorporou 111 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas de 0,01% do capital da Companhia. Com o aumento de capital, passa dos atuais R\$ 2.559.500, para R\$2.559.866.

## 7.2 Reserva de Capital

	2025
Transações entre sócios <sup>(1)</sup>	444.087
Programa de remuneração variável (ILP) - Reflexo <sup>(2)</sup>	1.151
<b>Saldos</b>	<b>445.238</b>

<sup>(1)</sup> As transações entre sócios estão demonstradas abaixo:

Transações entre sócios	2025
<b>Saldo inicial em 2024</b>	-
Transações entre sócios	444.087
<b>Saldo final em 2025</b>	<b>444.087</b>

A Companhia contabilizou, diretamente no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$444.087, relativo a transações entre sócios da Denerge e aumento de capital reflexo conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

<sup>(2)</sup> Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações ocorridas nas subsidiárias Denerge de R\$1.151 denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

## 7.3 Outros resultados abrangentes – reflexo de equivalência patrimonial

Refere-se à contabilização, do plano de benefício a empregados líquidos de impostos reflexo de suas investidas. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios:

	2025
<b>Saldo final em 2024</b>	-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	10.011
<b>Saldo final em 2025</b>	<b>10.011</b>

## 8. Resultado Financeiro

	2025	2024
Despesas Bancárias/IOF	7	(36)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>7</b>	<b>(36)</b>

## 9. Prejuízo por ação

Cálculo de prejuízo por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

Resultado básico por ação	2025	2024
<b>Numerador</b>		
Prejuízo do exercício	(31.246)	(37)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações em milhares	426.681	34
<b>Resultado básico por ação – R\$<sup>(1)</sup></b>	<b>(0,07)</b>	<b>(1,08)</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		34	34	28	28
		<b>34</b>	<b>34</b>	<b>28</b>	<b>28</b>

As características operacionais e a estrutura patrimonial da Companhia colocam-na em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

### Administração financeira de risco

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

**a) Risco de crédito**

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de serviços e adubos fertilizantes e esse risco é administrado através de processo de análise da carteira de clientes.

**11. Informações adicionais aos fluxos de caixa**

---

Durante os exercícios findos em 2025 e 2024, as demonstrações financeiras não foram impactadas por transações não caixa.

\*\*\*

# **Nova Denerge S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Nova Denerge S.A.  
Cataguases - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Denerge S.A. (anteriormente denominada Nova Gemini Transmissão de Energia S.A) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Denerge S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

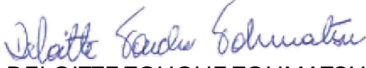
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4